

# “Usos e abusos do passado”: *Ethos* dos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970 nas propagandas televisivas do Programa Universidade Para Todos

Andrey Lopes Souza<sup>1</sup>

Márcia Pereira da Silva Pereira Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como mote analisar os usos dos *ethos* dos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970 presentes nas propagandas do Programa Universidade para todos - PROUNI. Criado nos anos de 2004, o programa oferece bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes carentes, advindos de escola pública, afro descendentes, dentre outros. Partimos da certeza de que todas as coisas projetam uma imagem em prol da comunidade de sentido necessária a quaisquer tipos de propaganda, incluindo a política. Procuramos demonstrar como o atual governo utiliza da história de muitos de seus membros, antigos manifestantes da esquerda brasileira que se opôs ao militarismo instaurado no Brasil em 1964, e busca ser reconhecido enquanto representante de interesses não dominantes por meio da utilização de símbolos que remetem o espectador àquele tempo. Propomos reflexões acerca dos usos do passado como estratégia de legitimidade política.

**Palavras-chave:** Culturas políticas. Representações. Usos do passado. Brasil. Prouni.

**Abstract:** This article is to examine the uses of the motto *ethos* of the social movements of the 1960s and 1970s these advertisements University Program for all - PROUNI. Created in 2004, the program offers full scholarships and partial to needy students, coming from public school, african descent, among others. We start with the certainty that all things design an image for the community of meaning necessary to any kind of propaganda, including politics. We demonstrate how the current government uses the story of many of its members, former Brazilian left protesters who opposed the military instituted in Brazil in 1964 and seeks to be recognized as representative of non-dominant interests through the use of symbols that reflect the spectator at that time. We offer reflections on the uses of the past as a strategy for political legitimacy.

**Keywords:** Political cultures. Representations of past abuses. Brazil. Prouni.

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade Promove de Janaúba. Doutorando em História Social pela UFU.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-graduação strictu sensu em História da UNESP-Campus Franca

Criado no ano de 2004 pelo assim conhecido governo Lula, o Programa Universidade para Todos concede bolsas parciais e integrais a alunos carentes, sem formação superior, em Instituições de Ensino Superior particulares, em troca da isenção dos impostos que tais Faculdades teriam de pagar ao Estado.

Como é um investimento confes-samente destinado a setores de baixa renda, o site oficial do programa descreve o que entende por população carente ao estabelecer o perfil daqueles que podem concorrer ao Prouni:

Para concorrer às bolsas, o candidato deve, também, ter renda familiar de até três salários mínimos por pessoa e satisfazer a pelo menos uma das condições abaixo:

- ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;
- ter cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
- ter cursado todo o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral na instituição privada;
- ser portador de deficiência;
- ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente de instituição pública e que estejam concorrendo a bolsas nos cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia. Nesses casos não é considerado o critério de renda.

Além do perfil anterior, o Programa exige aproveitamento escolar, normalmente medido pelas notas do ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio<sup>3</sup>. A nota mínima exigida varia, mas no ano de 2010 tal pontuação foi, de acordo com o site oficial do programa, de “400 pontos na média das cinco notas (ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias e redação)”. Também há “notas de corte” diferentes para diferentes cursos e Universidades.

Desde a sua criação, milhares de alunos já se beneficiaram do Programa. A iniciativa tem defensores e críticos, mas, no geral, o Prouni, bem como as demais ações afirmativas que formam a base da política social do governo petista, conta com a aprovação da maioria da população brasileira.

Neste artigo não pretendemos analisar o Prouni enquanto política social, sua eficácia, pontos positivos e negativos etc, mas tratar da propaganda feita do Programa pelo governo federal e de como o mesmo conscientemente evocou um passado recente para legitimar a iniciativa e o próprio governo.

---

<sup>3</sup> Avaliação criada em 1998 que vem sendo utilizada como prova de acesso em um número crescente de Universidades Brasileiras e como sistema de avaliação do ensino médio. Recentemente tal avaliação também é feita por pessoas que se interessam por acumular pontos no Prouni.

## Usos do passado recente

É dado corrente nas Ciências Sociais e Humanas que o discurso e a propaganda são um instrumentos de poder.<sup>4</sup> No entanto, para que obtenha sucesso, a propaganda deve possibilitar comunidade de sentido entre o autor e os seus ouvintes. Em outras palavras: se a mensagem veiculada em nada se aproximar de crenças e ideias já compartilhadas na sociedade, a propaganda será inútil ou desprezada.

Na atualidade, convivemos diariamente com propagandas várias; divulga-se e vende-se de tudo: mercadorias, relacionamentos, diversão, pensamentos e ideias. No conjunto, o intuito de qualquer propaganda é fazer com que o público alvo (independentemente de quantas pessoas sejam) pense como, aja como, sirva e/ou se aproxime daquele que propaga. No caso da propaganda política, o que se quer é difundir ideias e concepções de mundo e perspectivas futuras.

Para Nelson Garcia (1988) a propaganda política é sempre ideológica, assumindo tanto as formas mais declaradas como as mais sutis. Ainda para o autor, esse tipo de propaganda é muito utilizado por políticos vários como artifício para o processo de divulgação e/ou consolidação de seus interesses, para a conquista da aceitação social e/ou para angariar votos.<sup>5</sup>

Várias são as formas de se estabelecer comunidade de sentido. Entre elas está o uso do passado.

Usos do passado é uma expressão utilizada por um grupo crescente de pesquisadores que estabeleceram, em publicações recentes, uma determinada relação entre o presente e o passado que modificou o *status* dos estudos da Antiguidade Clássica entre os historiadores. Trata-se de investigar apropriações posteriores de elementos ambientalizados na História Antiga, geralmente evocados com propósitos políticos relacionados com a identidade nacional, para legitimar práticas políticas de grupos então no poder. Em síntese, esses trabalhos abordam questões teóricas relacionadas à identidade, à memória e às várias formas pelas quais cada sociedade convive com seu passado e o (re)elabora, num constante reconstruir do presente.<sup>6</sup> Considerando os diversos usos do passado, a História Antiga passou a dialogar com mais facilidade com períodos distantes no tempo, como a História Contemporânea.

Esse artigo considera a expressão usos do passado num país que não vivenciou a Antiguidade Clássica: o Brasil.

<sup>4</sup> BACZKO, B. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi*: Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da moeda. Vol.5, 1985.

<sup>5</sup> GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>6</sup> FUNARI, P. P. A. . *Grécia e Roma*. 4a. ed. 2006. São Paulo: Contexto, 2006.; SILVA, Glaydson José da. *História antiga e usos do passado*. Um estudo de apropriações do passado da Antiguidade sob o regime de Vich (1940/44). São Paulo: Annablume, 2007.

Por outro lado, ainda que com ressalvas, em muitos desses países como o Brasil e demais países do cone-sul, a ausência de uma certa *tradição clássica* parece ter contribuído para o desenvolvimento de uma historiografia menos comprometida com valores identitários e nacionais. Isso os eximiu da necessidade quase constante que os países europeus têm de justificar seu presente às expensas gloriosas de um passado clássico nem sempre glorioso, nem sempre adequado, e que, por isso, imaginado, criado, forjado.<sup>7</sup>

É fato que o Brasil não pode (nem precisa) justificar o presente por elementos do passado clássico, uma vez que a tradição, entre nós, se fez (e se faz) de um processo muito mais recente em termos cronológicos. Propomos então um alargamento da expressão, a aceitação de que um passado bem recente pode ser acionado para fins mais imediatos relacionados à propaganda política. Acreditamos firmemente que as análises que se seguem da propaganda oficial do Prouni exemplifica uma forma de apropriação (e portanto resignificação) de um passado recente, em benefício do grupo no comando do Estado brasileiro na atualidade.

O passado remonta à memória social e política de uma dada sociedade e, se bem acionado, faz emergir significativa carga emocional capaz de decidir e/ou influenciar processos eleitorais e aprovação popular. Quanto mais próximo do tempo em que será acionado,

menos construções discursivas esse momento do passado terá sofrido, facilitando a tarefa dos que querem moldá-lo. Para esses casos, de utilização consciente de um passado recente e de sua releitura conforme conveniências momentâneas, a propaganda é instrumento privilegiado.

Os usos do passado suscitam inúmeros debates, não necessariamente vinculados somente à propaganda, mas também permeados pelas relações da política com a verdade. Hannah Arendt analisou as relações entre a política e a verdade, a partir de um ponto de vista externo ao âmbito político. A autora acredita que todas as questões públicas são governadas por interesses e pelo poder, não havendo sequer um aspecto do político que seja desconectado do cotidiano das pessoas, estando a vida e a política de alguma forma imbricadas. Ela ressalta que a persuasão – e a violência – pode “destruir” a verdade, mas não substituí-la. Essa “destruição” não ocorre na íntegra, mas na forma de manipulação e/ ou silêncios da mesma de acordo com interesses de grupos particulares.<sup>8</sup>

Ao comentar sobre a mentira política moderna, Arendt pontua que a mesma lida de maneira eficiente com temas gerais. “Constituem segredos (...) não conhecidos praticamente por todo mundo.”

<sup>7</sup> SILVA. *Op. cit.* 2007, p. 26.

<sup>8</sup> ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.282-325.

Isso é óbvio no caso em que a história é reescrita sob os olhos daqueles que testemunharam, mas é igualmente verdadeiro na criação de imagens de toda espécie, na qual todo fato conhecido e estabelecido pode do mesmo modo ser negado ou negligenciado caso possa vir a prejudicar a imagem, ao contrário de um retrato à moda antiga, deve, não bajular a realidade, mas oferecer um adequado sucedâneo dela. E, em consequência das técnicas modernas e dos meios de comunicação de massa, esse sucedâneo está, é claro, muito mais sob as vistas do público que o original em qualquer época.<sup>9</sup>

Essa passagem nos remete às questões das imagens e das representações. A autora assinala a criação de imagens na reescrita da história, que pode negar e/ou negligenciar alguns fatos e/ou aspectos do mesmo, obedecendo aos interesses do grupo que a escreve ou a utiliza naquele momento.

É pensando nas conveniências do grupo então no poder do Estado brasileiro e no imenso potencial dos usos do passado na construção da comunidade de sentido que legitima um dado discurso político que nos propusemos a analisar a propaganda normalmente difundida pelo PROUNI.

## **A propaganda do Prouni**

Primeiramente, convém salientar que as discussões acerca do PROUNI estão contextualizadas num debate bem a maior: o da atual Reforma Uni-

versitária. Tal fato remete-nos, necessariamente, aos debates da Reforma Universitária da década de 1960.

As críticas feitas ao PROUNI aproximam-se do debate sobre a privatização do Ensino Superior brasileiro, fato que faz emergir as insufladas discussões da Reforma Universitária dos anos 60, época em que apareceram os acordos MEC-USAID<sup>10</sup> e as iniciativas que pretendiam transformar as Faculdades públicas do país em Fundações privadas, tal como funciona a Educação Superior nos EUA. Para Maria Helena Moreira Alves, tais acordos, ainda na década de 1960,

objetivavam uma completa reforma do sistema universitário brasileiro, com a finalidade de privatizar as instituições de educação. A Reforma Universitária seria efetuada sob a direção e coordenação de comissões de planejamento criadas nos termos do acordo. Compunham-se basicamente de técnicos norte-americanos, e estabeleceriam diretrizes para toda a política educacional, a educação agrícola e a publicação de livros-textos. As reformas transformariam o sistema universitário brasileiro, aproximando-o do modelo adotado nas universidades norte-americanas.<sup>11</sup>

Esses acordos geraram protestos e insuflaram o ânimo dos estudantes que os consideravam uma ameaça à autonomia universitária. A atual reforma traz à tona sentimentos, anseios e

<sup>9</sup> ARENDT, 1992, p. 311

<sup>10</sup> Ministério da Educação e da Cultura - United Status Agency for International Development.

<sup>11</sup> ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987, p.116.

ideais vivenciados pelos estudantes dos anos 60 e aflora um emaranhado de opiniões e posições de grupos diversos. Os holofotes são jogados simultaneamente no passado (memória dos anos 60) e no presente (o PROUNI e a Reforma Universitária atual), tornando possível analisar o *ethos* dos movimentos sociais dos anos 1960 visíveis em algumas propagandas do PROUNI. Nesse sentido, nos apoiamos na assertiva de Chartier autor que indica que “aquilo que é real efetivamente não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade de sua escrita”.<sup>12</sup> Ginzburg, com seu método do paradigma indiciário, também é instigante: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.<sup>13</sup>

As propagandas exibidas a partir do dia 17 de novembro de 2005<sup>14</sup>, em horário nobre, veiculada nas emissoras TVE (Canal Televisivo Estatal) e Rede Globo (maior conglomerado brasileiro de comunicação), são indícios dos usos da história e do passado pelo governo atual. Basicamente, elas consistem em um rapaz negro cantando a música “Para não dizer que não falei das flo-

res”, conhecida como “Caminhando e Cantando”, de Geraldo Vandré. O rapaz negro e três jovens negras cantam, em coro e num novo arranjo musical, a música em questão. O fato é que na década de 1970 a música “Para não dizer que não falei das flores” foi considerada o hino do movimento estudantil nacional, a “Marselhesa” brasileira do período. Ao fim da propaganda, uma voz de fundo informa:

O PROUNI, Programa Universidade Para Todos do Governo Federal, já colocou mais de 100 mil jovens na faculdade. O PROUNI oferece bolsas gratuitas ou com 50% de desconto em faculdades de todo o Brasil. Faça parte dessa revolução na Educação brasileira. Ministério da Educação. Brasil, um País de Todos.<sup>15</sup>

Nessa passagem, podemos perceber que o convite para a “revolução na educação brasileira” é destinado aos estudantes que atendem ao perfil dos beneficiados pelo programa, sendo que as instruções para inscrição aparecem no final com a imagem de um estudante se cadastrando. Nesse caso o uso da palavra revolução é, no mínimo, curioso.

Para um governo orquestrado e/ou representado por um presidente que habita o imaginário nacional da contestação, da ascensão dos pobres, advindo das greves do ABC e fruto de

<sup>12</sup> CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. vol.5 no. 11 São Paulo Jan./Abr. 1991, p.63, p.177.

<sup>13</sup> GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990

<sup>14</sup> Detemo-nos a analisar, prioritariamente, esta propaganda, pois ela nos fornece um gama de indícios essenciais a este artigo.

<sup>15</sup> FERNANDO, B. PROUNI: Estado, publicidade e educação: O discurso do Estado através da propaganda de inclusão Universitária. *Revista Digital de Análise de Discurso do Curso de Estudos de Mídia* - ano I - número 1 - julho/2007, p.2

um momento histórico de luta real pela democracia negada no período do autoritarismo/militarismo de 1964-85 é no mínimo estranho que o termo revolução venha com o conteúdo de mudança oficial do Estado. O natural seria tratar revolução dentro da tradição da esquerda, ou seja, um processo de modificações da estrutura política imposta por pessoas (e/ou grupos) que nunca estiveram no comando do Estado, alcançado por meio da força e do rompimento com a administração central. Com a propaganda governista, o que se quer estabelecer é a crença de que o governo está atendendo a uma reivindicação de longa data, de estudantes dos anos 60, ou seja, dos que participaram das lutas de ingresso dos excedentes nas Universidades. Querem fazer crer que o governo representa o grupo de desprezados da História: pobres, trabalhadores e desprivilegiados economicamente. A assertiva “Brasil um País de Todos”, lema do governo atual, fecha a propaganda e exemplifica o exposto anteriormente.

Quanto ao uso da música de Geraldo Vandré, o novo ritmo posto, revela uma das diferentes facetas das apropriações efetuadas na esteira da história que, agora, adquire novos significados. As formas de cantar, os acordes, as notas – altas ou baixas conferem novos sentidos e significados à melodia, que não se atêm a nenhuma obediência à versão antiga.

Marcelo Ridenti comentou os usos da canção de Vandré, pontuando-os como uma ambigüidade da história.

Ele elenca alguns usos de “Para não dizer que não falei das flores”, como nas passeatas estudantis de 1977, nos enterros das vítimas da ditadura, entre elas o jornalista Herzog em 1975, nas “Diretas já!” em 1984 e no impeachment do presidente Collor em 1992. A canção “símbolo das lutas de 1968, o chamado para a guerrilha, foi regravada numa versão intimista de Simone, que mais parece um réquiem, e até políticos conservadores chegaram a cantá-la em programas televisivos de propaganda eleitoral na década de 80”. E ainda comenta o autor:

a força das diversas manifestações dos anos 60, simbolizada pela canção, reapareceu em outras conjunturas e de outras formas, diferentes daquelas dos anos 60, mas que de algum modo buscavam reatar o elo perdido. O uso tão díspar da mesma canção-símbolo para diferentes fins políticos e culturais, quase um hino nacional, por um lado sugere que aquilo que todos representa, ao mesmo tempo, não representa especificamente ninguém. Mas, por outro lado, tal uso revela a legitimidade reconhecida até em meios políticos conservadores que fazem uso dela para seus próprios fins. Portanto, o espírito das lutas sociais da década de 60 incorporou-se em formas múltiplas à consciência coletiva nacional.<sup>16</sup>

Voltemos ao início da propaganda com os jovens negros cantando “Para não dizer que não falei das flores”. Logo em seguida, um jogo de *street basket*

<sup>16</sup> RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1994, p.81.

entra em cena – com a música ainda ao fundo; há uma disputa pela posse da bola, que está com o jovem negro. De forma intercalada, desde a primeira cena, é percebida a mescla de cenas, ora o coro das jovens negras, ora o jogo de *street basket*, até que o jovem negro começa a caminhar pela cidade com um semblante sério. Ele passa em frente a escolas, pelas ruas e construções, o que novamente nos remete à música de Vandré, quando o estudante canta o trecho: “nas escolas, nas ruas, campos, construções, caminhando e cantando e seguindo a canção”. Aos poucos, ele é seguido por outros jovens, afro-descendentes, descendentes de indígenas e um portador de deficiência física em uma cadeira de rodas e pelas mesmas meninas negras do coro; um jovem branco com a camisa da seleção brasileira se levanta de uma calçada e segue a marcha pela cidade.

Nesse momento aparece um idoso dando corda numa aparente caixinha de música, um realejo. “Ainda na mesma cena, há dois carros estacionados, do lado dos jovens um *Variant*, e do lado do senhor um fusca, ambos os carros comuns da década de 60” Nesse percurso, há alguns closes em jovens que acompanham o cantor, “em meio a esses *zooms* há outro close nos antebraços do intérprete, erguidos e com os punhos cerrados demonstrando firmeza, símbolo dos movimentos sociais étnicos dos anos 1960 como os pante-

ras negras”<sup>17</sup> Ao fim, a marcha pacífica dos estudantes de distintas etnias e comandada por um jovem negro termina quando todos chegam na Universidade. O final épico representa claramente a vitória pelo direito de acesso ao ensino superior depois de anos de disputa política.

Nos três últimos parágrafos verificamos o teor afirmativo da propaganda, pois a música apenas é cantada por jovens negros e, nas duas cenas do jogo mostradas, o jovem negro está com a bola, ou seja, finalmente assume o controle das coisas, de sua vida. Em toda a propaganda é óbvio o diálogo com o passado; são notórias as vinculações com o passado escravocrata e com as décadas de 1960 e 1970, tempo em que a população menos privilegiada não podia ocupar os bancos da Universidade.

Como afirma Chartier, é interessante enfatizar os dispositivos “materiais e formais pelos quais os textos atingem os leitores”, os quais constituem um percurso primordial para a análise da história das apropriações. Ainda para o autor, “é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor”. As apropriações dos símbolos dos movimentos sociais e étnicos dos anos 60, acrescidos dos objetos – carros, música, realejo, tão emblemáticos do perí-

<sup>17</sup> FERNANDO, *Op. cit.* 2007.



odo revela um apelo ao passado, que é (re)significado segundo interesses e, posteriormente, representado na forma da propaganda que, consequentemente, gera outras práticas.<sup>18</sup>

Eric Hobsbawm em uma passagem do livro “Sobre História”, nos lembra das funções sociais do historiador, na medida em que propõe que os mesmos têm “uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico da história em particular”.<sup>19</sup> Essa observação do autor adquire relevância neste ensaio, uma vez que “o abuso ideológico mais comum da história baseia-se antes em anacronismo do que em mentiras”.<sup>20</sup>

Bruno Fernando acredita que a cena mais ambígua da propaganda em questão é aquela em que os jovens caminham de um lado da calçada de uma rua enquanto um velho, do outro lado um velho, porta uma antiga caixinha de realejo. Ora, tais caixinhas são normalmente descritas como um bibelô musical em que um macaquinho “dança conforme a música”. Sobre esta cena Bruno Fernando tece alguns comentários. Para o autor destaca o tom nostálgico da imagem do idoso em contraposição à ideia de que da disposição do jovem para os embates políticos. O idoso, representando o passado, está “separado do presente pela rua, que poderia simbolizar o tempo”, girando a manivela do realejo pode ser também interpre-

tado como um convite para ouvirmos o passado, pois, mesmo separado pelo tempo/rua, o passado está presente. O próprio esforço físico demonstrado ao rodar a manivela pode ser associado ao esforço de manter o passado presente.

Outra interpretação é possível:

O ato de dar corda na caixinha de música, e o ato de o jovem acompanhar a melodia e ser seguido por diversos outros jovens, pode ser interpretado com o velho representando o passado, hoje no governo – pois muitos dos seus componentes são dessa época –, dando corda para os jovens seguirem para a aceitação do PROUNI, e, quiçá, para a aceitação da Reforma Universitária.<sup>21</sup>

Em outro raciocínio, obviamente não pretendido pelo governo, como a caixinha de música lembra aquelas em que os macaquinhos dançam conforme a música, poderia se relacionar o velho ao governo, o macaquinho aos jovens e a música ao PROUNI. A partir daí, “os jovens/macaquinhos cantariam/dançariam conforme os programas/músicas do governo/velhinho”. O autor adverte que todos os comentários acerca da propaganda podem ser apenas devaneios, “porém o fato de nessa cena só terem dois carros e estes serem da época da música e de muitos integrantes do nosso governo serem de esquerda, não é mera causalidade”

Ainda na mesma propaganda destaca-se a roupa, os tipos de cabelos, o andar, o olhar e o cenário da caminha-

<sup>18</sup> CHARTIER, *Op. cit.*, 1991, p. 4-6

<sup>19</sup> HOBSBAWM, E J. *Sobre História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p.8

<sup>20</sup> HOBSBAWM, E J. *Op.cit.*, p.18

<sup>21</sup> FERNANDO, *Op. cit.*, 2007.

da, todos característicos do movimento estudantil de 1968. Ao fim do artigo, Bruno Fernando afirma que o mais interessante é que esta propaganda foi ao ar no dia 17 de novembro de 2005, durante um período de greves de várias Universidades Federais em todo o país. O que não foi apontado pelo autor é que, em meados de 2006, outra propaganda do PROUNI foi veiculada na TV, trazendo uma imagem de fundo de uma passeata de estudantes dos anos 60, com clara recorrência a símbolos de esquerda. Acreditamos que, a aceitação da primeira propaganda legitimou o uso mais claro do passado que a segunda fez e também esse artigo. O uso do passado, neste caso, se deve ao fato de que o período da ditadura militar no Brasil suscita uma miríade de sentimentos na sociedade, assim “(re)cria-se” um inimigo, “derrotando-o” com a divulgação de medidas que antes eram relegadas pelo mesmo.

Nas apropriações do passado, outra questão deve ser mencionada: a memória. Jacy Alves Seixas (2004) se atém ao estudo da memória, ressaltando que toda memória traz, no seu cerne, uma imagética.

A memória traz de volta o passado no tempo presente, em um processo constante de atualização, em que o passado é, via de regra, um mosaico de possibilidades descontínuas. Para Jacy Alves, a memória mais constrói o real do que propriamente o resgata; o passado, nesse processo de lembrar, é muito mais retomado, recriado e (re)atualizado do que reencontrado.

A memória age “tecendo” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos (tornando alguns mais densos em relação a outros), mais do que recuperando-os, resgatando-os ou descrevendo-os como “realmente” aconteceram. Atualizando os passados – reencontrando o vivido “ao mesmo tempo no passado e no presente” –, a memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que forma na (e pela) memória.<sup>22</sup>

Quando nos deparamos com as apropriações de características e símbolos dos movimentos estudantis dos anos 60, logo nos vêm à mente as recriações e (re)atualizações das memórias desses movimentos.

Os estudantes da década de 1960 são geralmente descritos como o grupo que insistiu em sentimentos de nacionalidade, democracia e cidadania, repudiando o autoritarismo dos militares. Não obstante, Denise Rollemberg ressalta que os valores democráticos pós-1985 (abertura política) não estruturaram a sociedade brasileira das décadas de 1960 e 70. A democracia não era uma alternativa almejada nem pelas esquerdas, tão pouco pelo restante da sociedade, pois ela, além de ser burguesa e liberal, a democracia também fazia parte de um sistema que se queria derrubar. Explica-se: os militantes que

---

<sup>22</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de Memórias em Terras de História: Problemáticas Atuais. IN: BRESCINI, Stella; NAXARA, Marcia (orgs.). *Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p.51.

engrossaram as fileiras das organizações armadas não desejavam restaurar a realidade anterior ao golpe de Estado civil e militar de março de 1964. No entanto, “a construção da memória deste passado tem sido feita menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função do presente (...)” quando a referência passou a ser democracia e “não mais a revolução”.<sup>23</sup>

O conteúdo democrático que as lutas estudantis dos anos 60 ganharam a partir da abertura política em 1985 contribuiu para que ex-militantes e a própria União Nacional dos Estudantes forjassem impressões míticas, imprimindo em si mesmos a imagem de portadores da roupagem de heróis nacionais.<sup>24</sup> Não objetivamos discutir neste artigo se a imagem de heróis foi exigida pelos próprios ex-participantes dos movimentos de oposição aos governos militares ou lhes foi imposta. Para o momento basta-nos a certeza de que a disputa pela memória daqueles tempos protagonizada entre a direita e a esquerda resultou num imaginário de

exaltação da cidadania para os adeptos da esquerda no período que didaticamente chamamos de ditadura militar brasileira.

Bourdier apud Birolli sobre o poder simbólico, ressalta:

objetos de luta, as palavras do léxico político trazem a marca da polêmica na forma da polissemia que é o vestígio dos usos antagonistas que grupos diferentes delas fazem. *Uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico – poetas nas sociedades arcaicas, profetas, homens políticos – consiste assim em pôr o senso comum do seu próprio lado, apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença deles.*<sup>25</sup>

Por conseguinte, a aceitação das propagandas do PROUNI é facilitada, pois já existe uma “comunidade de sentidos”, que promove um campo fértil para a venda da ideia. Logo, uma prática gerou memórias que estão novamente sendo (re)significadas, (re)elaboradas, representadas e gerando outras práticas. É claro que algumas memórias tornam-se hegemônicas e acabam por servir a modelos homogêneos e opacos de um passado que corresponde a uma constelação de relações sociais, convergentes e divergentes, tecidas e

<sup>23</sup> ROLLEMBERG, D. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs) *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.48.

<sup>24</sup> Para saber mais sobre a mitologia estudantil ver: MARTINS FILHO, João Roberto. 1988. *Movimento estudantil e Ditadura Militar*. 1964-1968. São Paulo: Mercado de Letras; Oliveira, José Alberto Saldanha de. 1994. *A mitologia estudantil*: uma abordagem do movimento estudantil Alagoano. Maceió: EDUFAL. João Roberto Martins Filho pontua que obras, como “O poder jovem” de Arthur José Poerner, contribuem para a visão de que em todo o momento da história os estudantes estiveram ao lado do povo brasileiro, defendendo-o.

<sup>25</sup> BIROLI, Flávia. Política da ausência: diagnósticos da incompetência da (e para a) democracia no debate político no Brasil, anos 1955-1960. MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia. (orgs.) *Sobre a humilhação*: Sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005, p.285-303, p.299.

vivenciadas pelos diversos sujeitos históricos em uma dada realidade.

Nesse sentido, as gestões das paixões políticas servem como um gancho para pensarmos essas propagandas, que trazem consigo doses de imagens e lembranças que possuem significativa carga emocional. Pierre Ansart (2002) analisa os diversos dispositivos de mobilização e/ou recusa de grupos que alimentam sentimentos de identificação e/ou desprezo a certos projetos políticos. Para ele, reanimar aprovações e renovar estimas e confiança faz parte do jogo político da busca de aprovação de ideias e projetos. “É preciso renovar as adesões e, para isso, produzir um conjunto de mensagens emocionalmente coerentes e eficazes, suscetíveis de provocarem a interiorização da estrutura sócio-afetiva favorável”. O autor afirma que uma forma importante de propaganda de um partido é a (re) tradução, em sua agenda política, de objetivos embebidos de reações afetivas tidas como positivas na vida social. Nesse sentido, o partido que desejar aumentar sua base de apoio tem que correlacionar, segundo seus critérios, sua agenda política com demandas afetivas da sociedade, tornando-as coerentes (ANSART, 2002, p.69).

Por meio da propaganda governamental televisiva é possível perceber que o governo atual se beneficia do imaginário político da esquerda, construído nos anos 1960, e que forma práticas apropriadas, (re)significadas e representadas, gerando outras práticas.

Assim, cremos na importância de estudos que tratem dos usos de um passado recente, evocado com o intuito de proporcionar comunidade de sentido e sensibilizar a sociedade em geral para uma dada propaganda política.

### Fontes

- Propaganda televisiva do PROUNI. Exibida 17/11/2005-01/2006
- Propaganda televisiva do PROUNI. Exibida 06/2006
- Site Oficial do PROUNI.

### Referências bibliográficas

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANSART, P. Mal-estar ou fim dos amores políticos? *História e Perspectiva*, Uberlândia: EDUFU, v.25, n.26, pp.55-80, jul./dez. 2001/ jan./ jul.2002.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BACZKO, B. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi: Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da moeda. Vol.5, 1985.

- BIROLI, Flávia. Política da ausência: diagnósticos da incompetência da (e para a) democracia no debate político no Brasil, anos 1955-1960. MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia. (org.) *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 285-303.
- CHARTIER, R. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL/BERTRAND Brasil, 1985.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. vol. 5 n. 11. São Paulo, Jan./Abr. 1991.
- FERNANDO, B. PROUNI: Estado, publicidade e educação: O discurso do Estado através da propaganda de inclusão universitária. *Revista Digital de Análise de Discurso do Curso de Estudos de Mídia - ano I - número 1 - julho/2007*. [s.l.].
- GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- HOBSBAWM, E J. *Sobre História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar. 1964-1968*. São Paulo: Mercado de Letras, 1988.
- OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A mitologia estudantil: uma abordagem do movimento estudantil alagoano*. Maceió: EDUFAL, 1994.
- PARANHOS, Adalberto. Entre o sim e o não: ciladas da canção. *Artcultura*. Uberlândia-MG, vol. 3, n° 3, 2001, pp.95-99.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1994.
- ROLLEMBERG, D. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. IN: BRESCINI, Stella; NAXARA, Marcia (org.). *Memória e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.
- FUNARI, P. P. A. . *Grécia e Roma*. 4. ed. 2006. São Paulo: Contexto, 2006.
- SILVA, Glaydson José da. *História antiga e usos do passado*. Um estudo de apropriações do passado da Antiguidade sob o regime de Vich (1940/44). São Paulo: Annablume, 2007.